

NOTA PÚBLICA

Corte orçamentário nas Unidades de Pesquisa do MCTI ameaça a infraestrutura científica do Brasil

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) manifestam profunda preocupação com o corte orçamentário de **10%** anunciado em 9 de junho de 2026 sobre as **17 Unidades de Pesquisa (UPs) vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)**. A medida, aplicada sobre a soma da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2026 e dos créditos suplementares de R\$ 1 milhão concedidos a cada unidade, representa um golpe severo sobre instituições já duramente pressionadas pela insuficiência orçamentária estrutural.

Antes mesmo deste contingenciamento, as UPs já operavam em condições críticas: a LOA 2026, de **R\$ 287,9 milhões**, representava apenas 68% dos R\$ 422,1 milhões previstos para o conjunto das unidades. Com o corte de **R\$ 30,5 milhões** agora imposto, as 17 UPs passam a operar com apenas **R\$ 274,4 milhões** — cerca de **35% abaixo do originalmente previsto**, uma perda acumulada de R\$ 147,7 milhões em relação à previsão de referência.

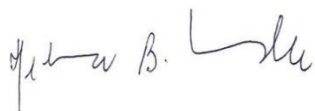
É fundamental compreender a natureza dos gastos que esses orçamentos cobrem. Diferentemente de programas discricionários, os recursos das UPs destinam-se majoritariamente a despesas de funcionamento inadiáveis: energia elétrica, manutenção de infraestruturas laboratoriais, contratos de operação de equipamentos críticos e serviços essenciais. Não há gordura a cortar, qualquer redução implica, na prática, paralisação de atividades, deterioração de equipamentos e risco à continuidade de pesquisas de longa duração.

Algumas das unidades mais afetadas são responsáveis por missões de Estado insubstituíveis. O INPE monitora desmatamento, queimadas e fenômenos climáticos; o CEMADEN atua no alerta precoce de desastres naturais; o INPA é referência mundial em pesquisa sobre a Amazônia; o LNCC mantém infraestrutura computacional estratégica para todo o sistema de CT&I. O corte nessas capacidades não é neutro, é uma realidade com consequências diretas para a segurança ambiental, a soberania tecnológica e a proteção de vidas.

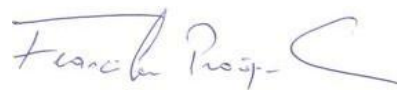
A ABC e a SBPC reconhecem o contexto de ajuste fiscal que orienta as decisões do governo federal e reafirmam seu compromisso com o diálogo institucional. No entanto, alertam que os cortes aplicados às Unidades de Pesquisa do MCTI ultrapassam o limiar do razoável e atingem o núcleo duro da capacidade científica do Estado brasileiro. Ciência não se reconstrói rapidamente: equipes dispersas, equipamentos paralisados e infraestruturas degradadas levam anos para ser recuperados — quando o são. O Brasil não pode se dar ao luxo de dismantelar, por contenção orçamentária de curto prazo, décadas de investimento em conhecimento e em instituições que são parte do patrimônio público da nação.

As entidades signatárias convocam o governo federal a **rever o contingenciamento aplicado às UPs do MCTI**, a tratar a ciência como investimento estratégico e não como gasto discricionário, e a garantir às Unidades de Pesquisa as condições mínimas para o cumprimento de suas missões institucionais.

Rio de Janeiro, São Paulo, 10 de junho de 2026



HELENA BONCIANI NADER
Presidente da ABC.



FRANCILENE PROCÓPIO GARCIA
Presidente da SBPC.